

## 1. Introdução:

A presente tese tem por objetivo discutir as possibilidades de questionamento da dimensão de gênero da cultura da violência<sup>1</sup> surgidas a partir do esforço de ampliação da segurança internacional no pós Guerra Fria. Entendemos a violência como uma relação intersubjetiva pela qual os sujeitos sociais negociam representações, significados, posições e símbolos que autorizam a dominação forçada de uns sobre outros (Sánchez G., 2006, p. 76). Trata-se de uma definição ampla, centrada no aspecto cultural<sup>2</sup> de realização da violência, pela qual pretendemos discutir algumas dicotomias constitutivas das relações internacionais. Sabemos que todo conceito que se pretende muito amplo oferece o perigo de não localizar e discriminar as experiências discutidas. Da mesma forma, entendemos que todo conhecimento, por mais inclusivo que se proponha, invisibiliza significados e ações importantes para a constituição de relações humanas (Butler, 1995, p.42). Todavia, pelos motivos que discutiremos ao longo do trabalho, o questionamento das fronteiras pelas quais construímos nosso conhecimento sobre as relações sociais é um caminho indispensável no sentido de problematizar o poder que surge do exercício contínuo da violência.

Entendemos que a cultura da violência se realiza a partir de diferentes símbolos. A nossa contribuição, reunida nas próximas páginas, é a análise da

---

<sup>1</sup> Gostaríamos de ressaltar que o conceito de “violência cultural” usado aqui é inspirado pelos debates e acúmulos gerados pelos “estudos para paz”, especialmente pelo trabalho de Johan Galtung (1996), que estabelece a distinção entre os aspectos diretos da violência e seus fundamentos (estruturais e culturais). Esse trabalho é fundamental na tarefa de pensar o papel das relações de poder na constituição das relações sociais violentas; especialmente no movimento de trazer para superfície aspectos simbólicos, que invisibilizados e naturalizados, legitimam a materialização da violência. Dessa forma, a nosso ver o trabalho de Galtung é uma importante contribuição para a compreensão da complexidade das dinâmicas violentas, que se realizam a partir de aspectos materiais, mas também em torno do conhecimento construído sobre si mesmo e sobre o outro. “By ‘cultural violence’ we mean those aspects of culture, the symbolic sphere of our existence – exemplified by religion and ideology, language and art, empirical science and formal science (logic, mathematics) – that can be used to justify or legitimize direct or structural violence (...). Cultural violence makes direct and structural violence look, even feel, right – or at least not wrong” (Galtung, 1996, p.196). A partir da definição das dimensões da violência, Galtung (1996) estabelece os caminhos para a “paz” (negativa e positiva), definidos em termos antagônicos àquelas práticas, estruturas e valores que constituem a violência. Entendemos, contudo, que a cultura da violência não é um conceito estático, definido em termos de necessidades e valores assumidos como universais, mas um processo intersubjetivo pelo qual significados e práticas são negociados cotidianamente (Enloe, 2007, p.162). E mais importante, que esse processo não está em oposição a uma cultura da paz. Assim, a “realidade” da violência internacional não é uma condição objetiva a ser explicada e superada por mecanismos pré-determinados, mas um processo diverso e multidimensional que se realiza nos caminhos articulados entre “violência” e “paz” (Elshtain, 1987, p.257).

<sup>2</sup> Embora não desconsideremos a materialidade do ato violento.

dimensão de gênero da cultura da violência. Os discursos de poder que constituem a violência não se reduzem às relações de gênero. Representações de classe, gênero, raça, geografia e civilização legitimam o uso da violência em diferentes espaços. Não há entre cada uma dessas dimensões de realização da cultura da violência, a nosso ver, hierarquia ou precedência ontológica. Todas são mutuamente constitutivas, de modo que as interseções entre os diversos lugares de partida conformem um mesmo processo, reproduzido ciclicamente nas relações sociais. A violência não é um evento, mas uma relação exercida em contínuos espaciais e simbólicos (Cockburn, 2004, p.44). Isso quer dizer que a lógica de reprodução da violência nos espaços micro-sociais (família, por exemplo) não é distinta daquela que se realiza nas esferas macro (relações internacionais). Centrar-se em um aspecto, tendo consciência de que ele constitui uma dimensão da “realidade” e não a síntese do “real”, a nosso ver é relevante no sentido de aprofundar a compreensão dos mecanismos de reprodução da violência política.

O conceito de gênero surge no pensamento feminista para romper com uma visão naturalista e objetiva da constituição dos sujeitos e instituições sociais. De acordo com Scott, o conceito de gênero tem duas dimensões, interdependentes: 1) a constituição das relações sociais a partir de idéias específicas sobre as diferenças entre os sexos; e 2) o papel das idéias sobre masculino e feminino na produção e reprodução das relações de poder na sociedade (1999, p.42). Assim, a categoria gênero permite ao pensamento feminista a ruptura com a tradição das ciências sociais, oferecendo uma contribuição original para pensar não apenas a relação entre masculino e feminino, mas principalmente a construção do pensamento político moderno:

The term ‘gender’ is part of the attempt by contemporary feminists to stake claim to a certain definitional ground, to insist on the inadequacy of existing bodies of theory for explaining persistent inequalities between women and men. It seems to me significant that the use of the word ‘gender’ has emerged at a moment of great epistemological turmoil that takes the form, in some cases, of a shift from scientific to literary paradigms among social scientists (from an emphasis on cause to one on meaning) and, in other cases, the form of debates about theory between those who assert the transparency of facts and those who insist that all reality is construed or constructed, between those who defend and those who question the idea that ‘man’ is the rational master of his own destiny. In the space opened by this debate and on the side of the critique of science developed by the humanities, and of empiricism and humanism by post-structuralists, feminists have begun to find not only a theoretical voice of their own but scholarly and political allies as well. It is

within this space that we must articulate gender as an analytic category (Scott, 1999, p.41-42).

O conceito de gênero surge no contexto de contestação dos estudos positivistas, problematizando a constituição da política moderna por uma relação específica entre masculinidade e feminilidade. Questiona os estereótipos que moldam comportamentos e estabelecem fronteiras claras entre a agência social feminina, ligada à reprodução no espaço doméstico, e a ação política masculina, que constituiu o espaço público<sup>3</sup>. Os estudos de gênero, de forma genérica, oferecem uma crítica importante e original para as relações sociais. Problematizam os papéis desempenhados por homens e mulheres na ação e no pensamento políticos (Scott, 1999, p.200). Nessa tese, interessa-nos precisamente a constituição da guerra e da paz por uma relação hegemônica de gênero definida em termos do masculino guerreiro e do feminino vulnerável. Portanto, recuperamos algumas contribuições teóricas que discutem o que entendemos serem elementos de constituição da dimensão de gênero da cultura da violência.

Tais contribuições se encontram situadas na disciplina de relações internacionais, dialogando com o que se conhece por estudos de segurança internacional. Discutiremos as contribuições críticas oferecidas pela perspectiva de gênero para os debates acerca da ampliação do conceito de segurança internacional no pós Guerra Fria. A “nova realidade” de segurança internacional, a partir do fim da Guerra Fria, gera um entusiasmo acadêmico pela redefinição dos sujeitos e da agenda de segurança internacional (Enloe, 2007, p.43). Esse movimento significa um esforço crítico ao reducionismo

---

<sup>3</sup> Ao longo da tese não distinguimos estudos de gênero e feminismo. Todavia, gostaríamos de ressaltar que esses termos não são necessariamente equivalentes. Para os estudos feministas, a categoria de gênero serve ao propósito de visibilizar os efeitos perversos das construções dominantes de gênero na hierarquia entre masculino e feminino. Ou seja, tem por objetivo principal desestabilizar o papel do masculino, historicamente opressor e instrumentalizador do feminino. Já os estudos de gênero (que incluem estudos masculinistas) visam principalmente compreender as dinâmicas de poder entre feminino e masculino; entre feminino e feminino; e entre masculino e masculino. Os estudos de gênero, assim, não se condicionam necessariamente ao propósito de emancipar as mulheres. Os debates entre feministas sobre os perigos de essencializar o potencial discriminatório e violento do masculino e de ressaltar o inerente papel emancipatório do feminino levantam importantes questões acerca do uso da categoria de gênero nos estudos sociais. Contudo, nosso foco nesse trabalho não será discutir as diferenças e tensões entre os feminismos, mas apresentar a contribuição de alguns estudos específicos que nos ajudam a entender contradições do discurso e das práticas políticas sobre segurança. Por tanto, adotamos o termo “estudos de gênero” para designar contribuições que, em sua maioria, se auto-representam como feministas. Dessa forma, em alguns momentos do trabalho feminismo e gênero podem aparecer como sinônimos.

(epistemológico e metodológico) da perspectiva neo-realista, em especial quanto ao questionamento das fronteiras entre ameaças domésticas e internacionais (Booth, 2005, p.14). Assim, novas dimensões de segurança internacional (que não apenas a disputa militar entre Estados) aparecem como relevantes assuntos de segurança internacional, dentre os quais as violências sofridas pelas mulheres no contexto de conflito armado. Do mesmo modo, esse movimento crítico questiona o ideal do Estado protetor, capaz de manter a ordem e a coesão social através do monopólio do uso legítimo da força, abrindo espaço para que novos atores sejam considerados na construção das políticas de segurança (Peterson & Runyan, 1999, p.228). Entre esses novos atores a serem ouvidos na construção da “nova” agenda de segurança internacional estão as mulheres organizadas.

Os estudos de gênero e os movimentos de mulheres<sup>4</sup> ganham espaço na realidade ampliada da segurança internacional do pós Guerra Fria. O questionamento das fronteiras entre o internacional e o doméstico é uma das principais contribuições dos estudos de gênero. Tais estudos sustentam a continuidade entre a lógica de dominação que autoriza a violência entre os Estados, assunto público, e aquela que legitima a violência contra as mulheres, assumida como questão doméstica. Dessa forma, visibilizar os impactos da violência política na vida das mulheres é um importante mecanismo de compreensão da “nova” segurança internacional. As mulheres, na academia, nas

---

<sup>4</sup> Aqui uma vez mais gostaríamos de ressaltar que movimento feminista e movimento social de mulheres não são necessariamente sinônimos, embora ambos os termos sejam usados quase sempre como equivalentes. Aqui, usaremos “movimento de mulheres” para designar grupos diversos formados por mulheres, que, em sua maioria, se auto-representam como feministas. Nas discussões internas aos movimentos sociais, o movimento feminista se distingue pela sua ênfase no patriarcado como princípio fundamental e primário de constituição da realidade social. O movimento de mulheres, por sua vez, se caracteriza pela confrontação de estruturas de dominação que oprimem, marginalizam e violentam as mulheres em um determinado contexto social, que podem ser explicadas a partir do feminismo, mas também em termos de classe, raça, religião e nacionalismo, por exemplo. Como dissemos anteriormente, para nós não faz sentido a hierarquia entre estruturas de opressão. Cada nova fronteira construída representa a renovação de silêncios que autorizam o exercício de poder por alguns em nome da emancipação de todos. Sabemos, contudo, que não existe um feminismo, mas um lugar contestado em que são produzidos conhecimentos diversos a partir de múltiplas experiências. E que, sendo assim, distinguir entre feminismo e movimento de mulheres apresenta o risco de fixar um lugar para o feminismo, reduzindo a riqueza dos conhecimentos e das experiências identificados com essa perspectiva (que não poderemos apresentar aqui). Desse modo, no trabalho, algumas vezes movimento de mulheres e perspectiva feminista serão usados como sinônimos, não para representar a assimilação da parte pelo todo, mas para mostrar a interseção entre lugares que não se opõem um ao outro, mas se complementam na leitura sobre as relações sociais contemporâneas.

instituições internacionais ou em praça pública, consolidam sua voz no pensamento e nas práticas de segurança.

A cultura da violência, entendida a partir de uma perspectiva de gênero, é exercida em um contínuo que vai desde as relações entre parceiros afetivos até as interações entre instituições internacionais. As fronteiras discursivas e práticas nos impedem de ver a continuidade entre as dinâmicas de poder que autorizam a violência nesses espaços (Butler, 1995, p. 46). De fato, essas fronteiras não são neutras, mas permitem que um tipo específico de poder seja exercido por alguns em nome da segurança de todos. O poder político, constituído por uma concepção hegemônica de masculinidade<sup>5</sup>, legitima a dominação masculina pela despolitização das experiências das mulheres. Dessa forma, uma das chaves de compreensão da cultura da violência, reproduzida em diversos espaços contra corpos femininos e masculinos, é o questionamento da hierarquia entre expressões violentas:

First, gender links violence at different points on a scale reaching from the personal to the international, from the home and the back street to the maneuvers of the tank column and the sortie of the stealth bomber: battering and marital rape, confinement, 'dowry' burnings, honor killings, and genital mutilation in peacetime; military rape, sequestration, prostitution, and sexualized torture in war (...) Second, in emphasizing cultures, and therefore continuity between relations and events, a gender analysis suggests that it is meaningless to make a sharp distinction between peace and war, prewar, and postwar (...) Gender is manifest in the violence that flows through all of them and in the peace processes that may be present at all moments too. To consider one moment in this flux in the absence of the next is arbitrary. Third, the continuum of violence runs through the social, economic and the political, with gender relations penetrating all these forms of relations, including economic power (Cockburn, 2004, p.43).

Se o poder que legitima o exercício da violência se afirma na negação da agência política feminina, um dos movimentos no caminho de superação das relações violentas é a organização das mulheres. Nesse sentido, a década de 1990 presencia o crescimento, em quantidade e qualidade, da participação de grupos de mulheres nos espaços de tomada de decisão sobre segurança internacional (Enloe, 1993, p.243). As mulheres não se representam apenas como vítimas, rogando pela paz que somente pode ser construída por instituições masculinas fortes e racionais. As mulheres organizadas são principalmente agentes das políticas de segurança internacional em contexto de

---

<sup>5</sup> Associação entre poder e atributos assumidos como inerentemente masculinos, quais sejam a força física e o pensamento estratégico.

violência continuada. Ou seja, formulam propostas concretas para a transformação da cultura da violência nos espaços em que atuam. Nesse trabalho, discutiremos algumas propostas do movimento de mulheres para a segurança e sua relevância para a construção do pensamento e das práticas de segurança internacional contemporâneas:

Algunas organizaciones y grupos de mujeres que en los años ochenta tenían un mayor énfasis en vindicaciones económicas y por el mejoramiento de las condiciones de vida, fueron transformando sus planteamientos hacia temas como los derechos humanos, la guerra y la paz. Desde mitad de los noventa comienzan a cobrar importancia las movilizaciones y acciones en favor del respecto a la vida y en contra de la guerra. Las mujeres y organizaciones se movilizan para denunciar las masacres, los asesinatos, los secuestros, las salidas violentas y guerreras, el impacto del conflicto armado en la vida de las mujeres y para demandar su participación en los procesos de negociación (Sánchez G., 2006, p.56).

Uma vez definidos os lugares de partida dessa pesquisa, nos parece relevante apresentar a pergunta que nos instigou a desenvolver o trabalho que se segue. Tomando como ponto de partida o contexto de ampliação do pensamento e das práticas de segurança internacional, perguntamos sobre os limites e as possibilidades das organizações de mulheres pela paz (através de suas posturas ideológicas e práticas) transformarem as relações dominantes de gênero que constituem a cultura da violência. Delimitamos nossa contribuição ao movimento de mulheres porque entendemos que historicamente as mulheres têm sido não apenas marginalizadas nas práticas de segurança, mas também instrumentalizadas como elemento de legitimação da cultura da violência (dentro da relação entre “protetores” e “protegidos”). Portanto, para nós, as organizações de mulheres constituem o lugar do oprimido, de onde é possível desconstruir, a partir de vivências concretas, discursos de poder que reafirmam a inevitabilidade do uso da violência como forma de realização política. Concentramos nossa análise no movimento de mulheres pela paz porque a construção da identidade do movimento pressupõe a rejeição ao militarismo, entendido como ideologia que sustenta o privilégio das respostas militares em detrimento de outras estratégias políticas de resolução de conflitos.

Compreendemos as relações dominantes de gênero a partir de duas imagens: o mito da proteção e o mito do poder. A primeira se refere a uma relação entre masculinos militarizados (“guerreiros justos”) e femininos vulneráveis (“almas belas”). Nessa relação, a violência de alguns é justificada a

partir da necessidade de proteção de todos os que, alheios ao poder por suas características “naturais”, estão ameaçados pela existência de outros masculinos militarizados. A segunda diz respeito ao lugar do poder como um espaço de realização da identidade masculina hegemônica, centrada na força e no pensamento estratégico. Ou seja, assume que o poder político somente pode ser exercido por aqueles que cumpram determinadas exigências assumidas como naturalmente atreladas ao ser político, reforçando o caráter excludente dos espaços de tomada de decisão. Por fim, localizamos nossa pesquisa na Colômbia por acreditar que esse espaço representa um dos lugares mais destacados de realização das contradições da “nova agenda” de segurança internacional. Trata-se de um lugar exaltado como espaço de realização de “novas ameaças” à segurança internacional (narcotráfico, terrorismo, falência do Estado, extremismo político). Simultaneamente, esse espaço se apresenta como produtor de “novas” respostas às inseguranças globais, como o movimento de mulheres pela paz. Portanto, problematizar essas tensões e contradições é um movimento indispensável no caminho de reconstruir relações sociais que não reproduzam a violência como realidade política inescapável.

### **1.1. Metodologia para conhecer as experiências das mulheres nas relações internacionais – o processo de conhecimento como uma viagem sem destino final:**

Antes de descrevermos os passos que iremos percorrer no desenvolvimento desse trabalho, acreditamos ser importante partilhar as motivações e os fundamentos metodológicos das questões aqui levantadas. Entendemos que problematizar conceitos como segurança, violência e paz a partir das experiências das mulheres organizadas no nível local, embora não seja uma tarefa inédita, significa questionar as fronteiras constitutivas do processo de produção de conhecimento sobre relações internacionais e, mais especificamente, sobre segurança internacional. De acordo com Weldon, metodologia de pesquisa, em uma perspectiva de produção intersubjetiva de conhecimento, refere-se às perguntas que são feitas por nós, aos recursos interpretativos usados para entender o que nos é dito e às relações estabelecidas entre o conhecimento localizado produzido e os demais espaços produtores de conhecimento (2006, p.63). Portanto, entendemos que nosso “método” de

pesquisa não é independente dos fundamentos epistemológicos que guiaram a formulação das nossas perguntas, a escolha do caso a ser estudado e o caminho que decidimos percorrer ao longo do processo. O processo de pesquisa se deu de maneira mais intuitiva do que pré-definida. Portanto, parece-nos importante dividir a experiência de lidar com desafios metodológicos na realização do trabalho e de compreender esses desafios como expressões das limitações encontradas no que nós compreendemos por conhecimento e por trabalho científico.

Há algum tempo autoras que discutem as relações internacionais a partir da perspectiva de gênero chamam a atenção para a incompatibilidade epistemológica e metodológica entre estudos de gênero e relações internacionais. Essa incompatibilidade explica, de acordo com J. Ann Tickner (2001), a não comunicação entre as teorias de relações internacionais e as idéias de gênero sobre política<sup>6</sup> até o final da década de 1980. Uma das pioneiras no trabalho de construir pontes entre gênero e relações internacionais é Cynthia Enloe. Segundo a autora, as relações internacionais são construídas por histórias contadas pelos protagonistas políticos, em regra homens, brancos e pertencentes às elites dos países desenvolvidos. Nesse contexto, as vivências das mulheres e seus papéis no jogo político são ignorados e apresentados como irrelevantes para a prática política internacional (Enloe, 1989, p.4). Isso não significa dizer que elas não estejam lá, mas que não lhes é permitido interpretar a política internacional a partir de suas próprias experiências (Enloe, 1989, p.15).

Problematizar a ausência das mulheres na política internacional significa estabelecer uma estratégia de pesquisa que desconstrói uma dimensão da realidade que pretende se afirmar como única possibilidade de conhecer as relações internacionais. Dentro dessa estratégia, localiza-se a idéia de que o pessoal e o político são espaços mutuamente constitutivos. A essa estratégia de desconstrução do que se assume por realidade neutra e objetiva, segue-se um outro fundamental passo na tarefa de questionar a ausência das vozes das mulheres na política internacional, que Weldon (2006, p. 71) denomina metodologia da inclusão. Tal metodologia implica em trazer da margem para o

---

<sup>6</sup> Em especial aquelas que reconhecem os estereótipos de gênero que associam a agência feminina ao espaço doméstico e a agência masculina à ação política no espaço público.

centro da investigação as experiências e iniciativas de auto-representação das mulheres.

Para nós, nesse momento, está claro que a pesquisa que realizamos, a partir da nossa intuição e curiosidade sobre o lugar, os discursos e as práticas das mulheres sobre segurança, violência e paz, ocupa um lugar específico, que denota uma intencionalidade. Esse lugar epistemológico, que significa conhecer a partir da desconstrução de leituras dominantes e da inclusão de experiências marginalizadas, requer dois passos metodológicos. O primeiro é a problematização da neutralidade e naturalidade dos discursos e práticas de poder que atravessam a história da constituição da violência e da insegurança na Colômbia, a partir da descrição e da análise das representações sobre a política e o político naquele contexto. O segundo passo é trazer para o centro dessa investigação as propostas das mulheres na política internacional e na política colombiana para lidar com os efeitos da continuada violência em suas vidas. Desconstruir discursos e práticas significa discutir as idéias que legitimam instituições constituídas pela masculinidade hegemônica, apontando seus mecanismos de inclusão e exclusão. Na prática, esse movimento implica em revisitar as narrativas, os documentos e os lugares que constituem essas instituições a partir da perspectiva das relações de gênero e de outras experiências marginalizadas, construindo significados e relações que as leituras dominantes não contemplam (Kronsell, 2006, p.109).

Nesse processo de estudar a história das instituições políticas colombianas, as nossas formulações partiram de algumas premissas construídas teoricamente. Todavia, o caminho desenvolvido nos próximos capítulos é resultado da complexidade dada pelo confronto entre as idéias da pesquisadora e os significados construídos pelos diferentes agentes de discurso nesse trabalho contemplados. A pesquisadora, constituída a partir de conhecimentos e valores específicos, interage com os discursos aqui apresentados. Portanto, esse trabalho se escreve na primeira pessoa do plural, pois múltiplas são as vozes que o constituem. Ou seja, as idéias aqui discutidas não são neutras, mas refletem algumas possibilidades de significação da violência continuada na Colômbia, negociadas nas relações estabelecidas entre a pesquisadora, as mulheres colombianas e os estudiosos de segurança internacional e do conflito armado na Colômbia. Essa negociação é permeada por relações de poder e construções

discursivas que incluem novas perspectivas sobre segurança internacional e violência, que, todavia, continuam a reproduzir silêncios e a marginalizar experiências de significação da violência na Colômbia. A posição específica de pesquisadora confere a autoridade para sistematizar, interpretar, editar e analisar os diversos discursos que constituem e sustentam o argumento desse trabalho. Esse é sempre um processo excludente e que reforça as fronteiras entre os que são autorizados a escrever a história por sua posição privilegiada e aqueles que têm suas experiências assimiladas por discursos de poder. Por isso, assumimos a responsabilidade sobre o que é dito e o que não é dito nas próximas páginas. Contudo, estando consciente dessas limitações, entendemos que a construção de conhecimento sobre as experiências das mulheres na reprodução e na resistência à violência, como um exercício discursivo plural, é um importante passo no caminho de refletir sobre as idéias de gênero que constituem as relações internacionais:

The fieldwork encounter provides space for respondents to frame their subjectivities, thereby mitigating the power relations inherent in social science research. However, fieldwork ultimately calls for the researcher to interpret the self-presentations of the subjects through his or her own understandings. As a result, it may be that definitive representations of others will always be left with a measure of incommensurability. However, regardless of the tensions that this process may involve, a lot can be learned from the trenches, so to speak. Awareness of the mutually constitutive relationship of experience, interpretation, and representation in fieldwork is necessary for doing feminist IR and framing future narratives for security and insecurity that IR scholars have yet to consider as relevant to the field (Jacoby, 2006, p.173).

No caminho de desconstruir discursos de poder sobre a violência na Colômbia e incluir as vozes das mulheres, decidimos usar diferentes modalidades de discurso sobre a atuação das mulheres na construção da paz. Enquanto referência básica, revisamos trabalhos teóricos e históricos sobre segurança internacional, violência política na Colômbia e o papel das mulheres na construção da paz e no questionamento das bases da violência. Aqui gostaríamos de ressaltar que não se tratou de um caminho de fácil acesso. Nesse contexto, a ajuda das instituições acadêmicas e das agências de fomento que apoiaram esse trabalho foi imprescindível. A partir da revisão do material sobre a Colômbia e sobre a atuação das mulheres em contextos de conflito armado ao qual tivemos acesso, analisamos documentos internacionais sobre segurança das mulheres, em especial a Resolução 1325. Daí, avançamos para as publicações

das organizações de mulheres estudadas, disponibilizadas em meio eletrônico. Todavia, foi estando na Colômbia e conversando com mulheres que resistem à violência em um contexto concreto que essa tese de fato se constituiu. Pudemos conversar com mulheres deslocadas, encarceradas, desmobilizadas, com mães de desaparecidos e seqüestrados, com uma ex-diretora e uma coordenadora de projetos do escritório de Bogotá da UNIFEM/Andina e com participantes das duas organizações de mulheres estudadas. Ou seja, tivemos acesso a discursos situados em diferentes lugares.

Por um lado, a qualidade das críticas e proposições nos causou confusão, especialmente quando percebíamos que o argumento da tese era absorvido pela agenda definida pelas organizações estudadas. Um exemplo desse processo é a centralidade da crítica à “Lei de Justiça e Paz” na agenda política de quase todas as entrevistadas. O inconformismo com o privilégio dado aos atores armados no processo de desmobilização em detrimento das vítimas é constante na maioria dos discursos das mulheres<sup>7</sup>. Do mesmo modo, as críticas à administração Uribe, como um governo que invisibiliza e coopta as mulheres, estão presentes nos discursos da maioria das entrevistadas. Em algum momento dessa pesquisa, tivemos que reorganizar nossas idéias de modo a não tratar exclusivamente do papel da administração Uribe na reprodução da violência contra as mulheres na Colômbia.

Por outro lado, a interação entre a agenda política das mulheres entrevistadas e nossas questões de pesquisa foi muito importante no processo de compreensão das complexidades do espaço político colombiano. Uma questão que nos parecia marginal em um primeiro momento da pesquisa, como a política de “segurança democrática”, torna-se uma das principais instituições de análise das representações de gênero. Ou seja, o conteúdo dessa pesquisa foi sendo modificado pelo contato com as pessoas que pensavam e agiam a partir de problemas concretos. As entrevistas foram realizadas como diálogos estimulados por um questionário bastante aberto, que era adaptado ao contexto das experiências das entrevistadas. Nossa abordagem pretendeu dar conta de algumas questões fundamentais como: o impacto da violência política na vida de cada uma; a capacidade organizativa das mulheres; as relações entre

---

<sup>7</sup> Com exceção feita às mulheres desmobilizadas.

organizações de mulheres; as necessidades de cada uma em termos de proteção; a visão de segurança de cada uma; os papéis desempenhados pelas mulheres na violência armada. As entrevistas ocorreram basicamente através da escuta das histórias de vida de cada uma, a partir do que elas percebiam como importante a ser narrado. Na maioria das vezes, nem precisávamos formular as nossas questões, que iam se incorporando ao discurso de auto-representação que todas construíam.

Nosso trabalho não é narrativo das histórias de vida de cada uma das entrevistadas, embora essas histórias sejam constitutivas do nosso texto. As entrevistas são incluídas na medida em que integram o argumento que defendemos ao longo do trabalho. Ou seja, as experiências narradas pelas entrevistadas são traduzidas em conhecimento a partir da interpretação e edição da pesquisadora, no processo de análise dos discursos. Todavia, não pretendemos definir quem são essas pessoas, mas apresentar dimensões da sua auto-representação que denotam recorrências, rupturas e contradições com o discurso de segurança dominante na Colômbia, em especial no que concerne aos papéis de gênero. Entendemos as diferentes pessoas entrevistadas como sujeitos dessa pesquisa. Ou seja, como agentes dos discursos que elaboramos ao longo da tese. Para nós, fundamental foi o dito, mas também o não dito. O fato de ser a pesquisadora uma mulher não colombiana dificulta a percepção de alguns silêncios, ao mesmo tempo em que permite o reconhecimento de outros. Esperamos que o processo de interação, iniciado com a experiência de ter entrevistado essas mulheres, continue com a partilha de percepções críticas sobre esse texto e sobre as idéias aqui expostas.

## **1.2. O caminho a ser percorrido:**

O trabalho, a partir desse ponto, está organizado em cinco capítulos. O segundo capítulo tem por objetivo localizar o estudo nos debates da disciplina de segurança internacional, especialmente justificando a utilização das ferramentas teóricas construídas pelos estudos de gênero no exercício de compreender a cultura da violência. Partilhamos com os estudos críticos sobre segurança internacional a premissa de que a “realidade” de segurança internacional e as ferramentas usadas para compreendê-la são mutuamente constitutivas. Dessa forma, o contexto de segurança pós Guerra Fria não é

independente dos valores e idéias negociados nos espaços internacionais. Reconhecemos a abertura do campo de segurança internacional para as perspectivas pós-positivistas como um processo de renegociação do poder de definir e conhecer, impulsionado principalmente pelo exaustivo trabalho de problematização da objetividade e neutralidade do conhecimento social realizado em outros espaços acadêmicos. Dessa forma, o final da Guerra Fria é uma oportunidade para que conceitos diferentes ecoem na segurança internacional. Entretanto, a presença dos estudos pós-positivistas nos debates de segurança internacional se deve principalmente à qualidade de suas respostas às inquietações do contexto político pós Guerra Fria.

No contexto pós Guerra Fria, a contribuição pós-positivista, que havia sido ignorada pelos teóricos de segurança internacional, é incorporada de forma instrumental em alguns estudos positivistas. Dessa forma, surgem tentativas de acomodar os pressupostos tradicionais de segurança internacional à “nova” realidade. Por outro lado, intensifica-se o debate entre os estudos pós-positivistas sobre a ontologia da segurança internacional. Dentro dos chamados “estudos críticos de segurança”, a maioria dos autores continua a descrever uma realidade de segurança internacional sobre a qual devem emanar repostas concretas, embora admitam que essa realidade seja produto de relações intersubjetivas mediadas pelo poder e não de aspectos naturais pré-existentes às relações sociais. Por outro lado, alguns autores adotam uma postura céptica sobre a construção de repostas mais inclusivas de segurança. Defendem que toda política de segurança se constrói em um lugar específico, excludente do diferente, que se pretende afirmar por estratégias de poder como resposta universal a todas as formas de insegurança. É nesse debate que se localizam os estudos de gênero. Recuperamos alguns trabalhos importantes de questionamento das fronteiras constitutivas da segurança internacional, em especial dos significados atribuídos ao masculino e ao feminino no processo de autorização da violência. Revisamos o trabalho de Jean Bethke Elshtain sobre a relação entre “guerreiros justos” e “almas belas” na constituição do pensamento e das práticas que associam a realização política ao uso da violência. Discutimos ainda o processo de constituição do poder político a partir de uma concepção hegemônica de masculinidade, dependente da força e da racionalidade

instrumental, que leva os atores de segurança a renovarem ciclicamente o compromisso com o uso da violência na resolução dos seus conflitos.

O terceiro e o quarto capítulos são leituras da história da reprodução dos mitos da proteção e do poder na constituição da identidade política colombiana. Para além do objetivo de contextualizar os discursos e práticas que analisaremos nos capítulos seguintes, pretendemos entender como se articulam, no decurso do tempo, as narrativas de poder que autorizam o uso da violência em nome da conquista e da manutenção do poder. Especialmente nos interessa compreender o papel das mulheres (e do feminino, de forma mais ampla) no processo de legitimação da cultura da violência, que desde a independência da Colômbia, vem sendo reproduzida como discurso político privilegiado. Nesse contexto, revisitar a memória histórica do país contribui para desconstruir uma natural e insuperável relação entre Colômbia e violência, situando os significados sociais nos processos históricos conduzidos a partir de interesses, valores e projetos de poder específicos. Em especial, analisamos o efeito da importação pelas elites políticas de conceitos europeus e norte-americanos para se auto-representarem como identidade política. Nesse processo, relacionamos os significados de gênero com as hierarquias de classe, raça e civilização que separam os colombianos e as colombianas. Discutimos, ainda, a inclusão da Colômbia no projeto de ampliação da segurança internacional do pós Guerra Fria como um processo contraditório. Principalmente dos movimentos sociais emanam respostas inovadoras para superação das relações sociais violentas. Ao mesmo tempo, as relações políticas colombianas continuam a reproduzir estratégias de cooptação de discursos críticos e instrumentalização da violência em nome da manutenção do poder de alguns sobre muitos.

O quinto capítulo discute especificamente a organização das mulheres colombianas para visibilizar o impacto do conflito armado em suas vidas. Narramos as experiências das mulheres organizadas pela paz a partir de suas auto-representações. Ou seja, pretendemos apresentar as idéias e práticas construídas pelas mulheres, nos termos e prioridades que elas definem em seus discursos. As propostas de mulheres sobre segurança internacional ainda são pouco conhecidas nas relações internacionais. Portanto, um dos objetivos desse capítulo é sistematizar o conhecimento sobre segurança produzido pelas mulheres. Partimos do documento de referência sobre mulheres e segurança

internacional, a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU. Tal documento é resultado do processo de ampliação dos sujeitos de segurança internacional reconhecido nos espaços internacionais de tomada de decisão. Para as mulheres, essa resolução significa um passo importante no sentido de tornar visíveis os mecanismos de reprodução da violência internacional nos corpos das mulheres. Da mesma forma, constitui um importante instrumento de pressão para participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão sobre prevenção e resolução de conflitos. Todavia, sua implementação no nível local continua a ser uma tarefa a construir. De todo modo, esse instrumento tem servido às organizações locais como fundamento de constituição de suas plataformas concretas de incidência junto ao governo colombiano e aos organismos internacionais. A maioria dos relatórios internacionais sobre o estado das coisas na Colômbia faz referência ao contexto descrito pelas organizações de mulheres e aponta a proteção das mulheres na situação do conflito armado como uma tarefa humanitária prioritária. O trabalho das organizações de mulheres colombianas, nesse processo, é fundamental. Portanto, nesse capítulo, parece-nos importante destacar a missão, os objetivos e as contribuições concretas do movimento de mulheres contra a guerra na Colômbia. Destacamos especialmente duas organizações de mulheres colombianas: a “Ruta Pacífica de Mujeres” e a “Iniciativa de Mujeres por la Paz”. Discutimos a identidade dessas organizações a partir de suas percepções sobre o papel político das mulheres e sua contribuição para segurança da Colômbia. Ilustramos tal identidade com as histórias das mulheres que entrevistamos.

No sexto capítulo, analisamos a atuação política da “Ruta Pacífica de Mujeres” e da “Iniciativa Mujeres por La Paz”, no contexto do conflito armado. Nosso objetivo é discutir as contradições entre o que pretende ser o movimento de mulheres pela paz na Colômbia e suas posturas concretas para se fazer visível no contexto político colombiano. Nesse caminho, apresentamos as reflexões impulsionadas pelas mulheres ex-combatentes, marginalizadas no movimento de mulheres por terem assumido a militarização como opção política. A partir daí discutimos os perigos da vitimização, destacando o movimento de “mães” contra a guerra como uma experiência de transformação de uma concepção despolarizada da vítima. Apresentamos a experiência da

“Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado” como uma importante contribuição contestadora das relações de poder entre significados internacionais e representações políticas locais. Concluímos nossa análise com as posturas da “Ruta Pacífica de Mujeres” e da “Iniciativa de Mujeres por la Paz” em relação à “Lei de Justiça e Paz”, discutindo os efeitos perversos que o lugar do poder tem na articulação entre as mulheres. Nesse caminho que começamos a percorrer a partir das próximas páginas, há muitas contradições que nos levam a refletir sobre as dificuldades de romper com significados e práticas políticas dominantes. Tais contradições, contudo, desestabilizam as fronteiras políticas que pretendem excluir algumas identidades do exercício do poder.